



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 29/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 09/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 09/2025, QUE
“ALTERA O ARTIGO 91 DA LEI 1.040/2000
(ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS) E
AMPLIA A LICENÇA CONCEDIDA A SERVIDORA
GESTANTE”.

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Prefeito Municipal, altera o Estatuto dos Servidores Públicos do município.

PARECER:

O presente Projeto de Lei está redigido em linguagem parlamentar e obedece à boa técnica legislativa.

Seu objetivo é alterar a Lei Municipal nº 1.040/2000 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim de Minas) majorando a licença concedida a servidores gestantes de 120 para 180 dias.

Insta mencionar que tramita nesta casa uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica, no mesmo sentido, alterando o artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, suprimindo a menção ao inciso XVIII do artigo 7º da Constituição Federal, o qual concede licença à servidora gestante por 120 dias consecutivos.

Segundo a justificativa que acompanha o projeto, *“as servidoras municipais, usufruindo de seis meses de licença maternidade, terão mais tempo para o aleitamento materno e a oportunidade de criar um vínculo maior com seu filho, fator fundamental para o desenvolvimento da criança”*.

Discordando de parecer anteriormente emitido pela assessoria jurídica do legislativo e pelo próprio Executivo, que vislumbrara que o projeto deveria ser de iniciativa exclusiva do Executivo, esta relatora concluiu que, conforme consta na própria justificativa do projeto ora apresentado, a propositura não adentra no campo da estrutura de carreira dos servidores



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

municipais, mas representa ação voltada para a proteção e interesses da criança, tendo, portanto, caráter social e que poderia, inclusive, ser apresentado pelo legislativo.

CONCLUSÃO:

Face ao exposto concluo baseado no Parecer Jurídico, que o presente Projeto é plenamente regular e legal, não havendo empecilhos para sua aprovação.


Ana Claudia Gomes
Relatora

Manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação:
Aprovamos o Voto do Relator, transformando-o em Parecer desta comissão.


Enzo Peixoto de Almeida
Presidente


Mauro Sérgio da Silva
Membro

Bom Jardim de Minas, 10 de abril de 2025.